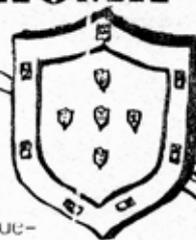


# ASSOCIAÇÃO DOS COOP. E AMIGOS DA ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA

boletim informativo n.º **6**



## APRESENTAÇÃO

Com a publicação deste número do boletim da Associação, a Escola Portuguesa de Roma entra mais uma vez em contacto com aquelas pessoas e entidades, das quais é, ou gostaria de ser, interlocutora, num diálogo reciprocamente frutuoso.

O Prof. Nuno Gonçalves, membro do Conselho Directivo, condensa, em "sinais contraditórios...", os principais problemas com que a Escola se defronta actualmente, e o que se tem feito para lhes dar solução; a Prof.ª Anabela Pedro, membro também do Conselho Directivo e presidente da AEPER, escreve sobre uma das características pedagógicas introduzidas na Escola no ano passado -- a avaliação periódica dos alunos.

De entre as notícias sobre a vida da Escola, queremos destacar a oferta de material didáctico feita pela Fundação C. Gulbenkian à Escola, que agradecemos publicamente.

## APELO

Desejamos convidar os destinatários deste boletim (também as entidades), já Sócios da Associação que apoia a Escola Portuguesa em Roma, ou que possam e desejem sê-lo, a não se esquecerem de pagar as próprias quotas, sobretudo neste momento em que tantas são as dificuldades, também económicas.

Recordamos que, além da quota mínima, fixada em 20.000 liras para facilitar a inscrição de alunos, se agradece um contributo maior, da parte de quem puder.

Os contributos destinados à Escola podem ser directamente depositados na c/c bancária (não postal) nº 8292/1, junto do CREDITO ARTIGIANO, V. San Pio X, 6 - 00193 ROMA, ou entregues pessoalmente na Secretaria da Escola, que funciona no nº 2 da Via dei Portoghesi, de 3ª a 6ª-feira, das 15.30 às 19.00 horas.

## AI LETTORI ITALIANI

Anche questo bollettino dell'Associazione che appoggia la Scuola Portoghese di Roma esce in portoghese, dato che gli Amici italiani a cui perviene conoscono, o comunque comprendono ed amano questa lingua. Esso rappresenta lo sforzo, da parte nostra, di mantenere vivo il dialogo con le persone ed enti che conoscono l'attività svolta da questa Scuola, informandoli sul lavoro svolto, e -- aimeh', in questo momento, soprattutto -- sui suoi problemi (vedi "sinais contraditórios..."). Perciò ci sentiamo nel dovere, a nome degli allievi emigranti che la frequentano, di chiedere a tutti di rinnovare l'adesione a questa Associazione, invitando anche altre persone ad iscriversi, versando a quota annuale (fissata in sole 20.000 lire, per facilitare l'iscrizione degli allievi) o possibilmente un contributo superiore.

La Scuola ha il c/c bancario (non postale) nº 8292/1 presso il CREDITO ARTIGIANO, V. S. Pio X, 6 - 00193 ROMA, intestato a "Scuola Portoghese di Roma", e la Segreteria, per contatti personali ed informazioni, funziona presso l'istituto di Sant'Antonio dei Portoghesi, in Via dei Portoghesi 2, da martedì a venerdì, dalle ore 15.30 alle 19.00.

## SINAIS CONTRADITÓRIOS

O nosso último Boletim Informativo, ao mesmo tempo que assinalava a forma positiva como se tinha iniciado o novo ano escolar, num processo que mais uma vez conseguia reunir num projecto comum cerca de duas centenas de alunos e três dezenas de professores, não deixou também de sublinhar as dificuldades persistentes e as que se anteviam a breve prazo. Escrevia-se, então, a este propósito: "o trabalho e os problemas a resolver parecem às vezes ultrapassar as forças e a boa vontade existentes e lançam a quantos se ocupam directamente da gestão e orientação desta Escola um desafio que só poderá ser vencido com a participação daqueles que conhecem, muito ou pouco, a actividade por ela desenvolvida". As palavras escritas em Novembro de 1985 têm encontrado confirmação ao longo do ano escolar. Será mesmo ocasião, volvidos alguns meses, para as intensificar e lançar mais um sinal de alerta ou até de alarme.

Um dos problemas que continua a afectar gravemente a vida da Escola diz respeito à permanência da sua indefinição jurídica. Desde o início do ano escolar, várias tentativas têm sido feitas no sentido de iniciar um processo que leve a uma clarificação do estatuto da Escola junto das competentes autoridades portuguesas. Até hoje, tais tentativas não tiveram resposta satisfatória apesar do interesse concretamente manifestado pela Embaixada de Portugal em Itália.

De facto, um sinal de esperança tinha surgido no decorrer de um encontro que dois elementos do Conselho Directivo mantiveram no dia 27 de Novembro passado com o Embaixador de Portugal em Itália. Ambas as partes concordaram, nesta ocasião, na necessidade de esclarecer a figura jurídica da Escola, comprometendo-se a Embaixada a insistir junto dos Serviços do Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro para que fosse enviado a Roma um técnico que tomasse conhecimento directo da problemática e propusesse pistas de solução. Esta desejada clarificação poderia ser efectuada através de um protocolo de convenção, a celebrar entre a Escola e as autoridades competentes, que viabilizasse de forma estável a Escola, quer financeira quer pedagogicamente, integrando-a finalmente no sistema do ensino particular subsidiado. Esta clarificação jurídica permitiria, por outro lado, que os serviços consulares em Roma vissem definidas as suas responsabilidades no que respeita a vigilância de exames e passagem de certificados de estudos, ficando assim também devidamente salvaguardados os interesses dos alunos.

Aparentemente, a situação mantém-se num impasse e esta falta de capacidade de resposta parece inclusivamente pôr em causa a atribuição do habitual subsídio anual por parte do Ministério da Educação português. Escusado é sublinhar a importância deste subsídio para a vida da Escola.

O segundo problema a causar inquietação na vida escolar diz respeito às instalações que a Escola ocupa no Instituto Português de Santo António. A Embaixada de Portugal junto da Santa Sé pretendendo dinamizar no Instituto actividades culturais que considera mais conformes aos seus Estatutos, comunicou-nos que crê ser impossível prolongar a cedência das instalações para além de 31 de Julho de 1986.

Não escondemos que esta decisão, depois de 15 anos de permanência no Instituto, causou grande preocupação e mesmo perplexidade. Não pudemos

deixar de pensar que estava em causa a continuação de todo o nosso trabalho. Felizmente, o encontro do dia 15 de Janeiro dos membros do Conselho Directivo com o Embaixador de Portugal junto da Santa Sé e com o Conselheiro da Embaixada permitiu abrir pistas de solução que certamente salvaguardarão os interesses de todas as partes. Concretamente, a Embaixada assegurou que está a proceder a diligências no sentido de encontrar um outro local adequado para a Escola e garantiu o máximo interesse no seu pleno funcionamento e desenvolvimento.

O mesmo significativo interesse foi manifestado pela Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas de cuja intervenção perante o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros resultou um despacho tranquilizador no qual se reconhece que a Escola, sendo "uma obra tão meritória, deverá continuar, como até agora utilizando as mesmas instalações de que dispõe, até que se possam encontrar verbas disponíveis para a sua transferência para local mais apropriado".

Um conjunto de sinais contraditórios parece, em resumo, caracterizar a situação presente. Não é demais realçar a importância de uma instituição como a Escola Portuguesa em Roma que, além de satisfazer as exigências escolares da Comunidade Portuguesa, serve também a numerosa Comunidade Caboverdiana e os Alunos angolanos, moçambicanos e guineenses. Tem, por isso, como sua característica peculiar ser um exemplo concreto de cooperação com os países africanos de expressão portuguesa. Em quaisquer circunstâncias, e independentemente das decisões que se venham a tomar, os alunos da Escola têm direito a ver assegurado o seu futuro escolar. Pela nossa parte - e como já se dizia no citado artigo do nosso último número - "estamos dispostos a continuar se da parte de quem puder - e nomeadamente da parte dos Responsáveis pelo pelouro competente do Ministério da Educação - não faltar o necessário encorajamento e apoio!"

N. da S. G.

#### O PAPEL DA CLASSIFICAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Uma das finalidades da classificação é transmitir ao próprio aluno, aos pais e à escola, o resultado do processo ensino-aprendizagem.

A classificação pode levar os alunos a uma auto-correcção e, por outro lado, permite-lhes trabalhar para uma determinada meta. Este papel de motivação do aluno, exercido pela classificação, embora muitas vezes contestado, se a classificação for bem feita, pode ter aspectos positivos.

Os pais ficam informados do nível atingido pelos seus filhos, do progresso por eles feito e do esforço que desenvolvem.

Também para os professores a classificação é de grande ajuda, permitindo-lhes programar de melhor maneira o seu ensino e ajudar os alunos quando necessário.

Nos últimos anos, em Portugal, assistiu-se a uma tendência de modificação do sistema de classificação, dando origem ao aparecimento de uma variedade de sistemas que vai desde o apto - não apto, até à escala de 0 a 20, passando pela escala de 1 a 5. Há também a escala reduzido (R), médio (M), e elevado (E), e ainda a escala de I (insuficiente), S (suficiente) e B (Bom).

Algumas destas escalas, por vezes, são completadas com a classificação de comportamentos ou capacidades do aluno.

No sistema tradicional a maior dificuldade consiste na necessidade de resumir numa só nota múltiplos aspectos, uma vez que a atribuição de uma nota na escala de 0 a 20 não é acompanhada de qualquer classificação de comportamentos ou capacidades manifestados pelo aluno. Além disso, por ser uma escala muito ampla, torna-se de difícil utilização.

O sistema de 5 graus (5,4,3,2,1) utiliza-se em muitos países e em Portugal aparece no Ciclo Preparatório e no curso secundário unificado. Apresenta a vantagem de não ser uma escala muito ampla, mas por outro lado, se não for acompanhada de informações complementares, apresenta algumas das deficiências do sistema tradicional.

Contudo, mesmo sem informações complementares, um sistema de classificação com uma escala menos ampla conduz a menos erros.

O sistema apto - não apto, um sistema de dois graus, fornece ainda menos informações. Além disso, não encoraja o aluno a tentar progredir para um nível mais elevado.

O sistema de lista de verificação de objectivos consiste em elaborar uma lista de objectivos, atribuindo-se a cada aluno uma determinada apreciação. Embora apresente a vantagem de uma informação pormenorizada não é fácil de elaborar.

Apesar de tudo, o sistema de graduação numérica tem persistido no ensino, e a graduação numérica desempenha funções úteis na escola. Por isso, em vez de tentar substituir o sistema de graduação numérica, será melhor completá-lo com informações pormenorizadas e significativas do progresso do aluno na aprendizagem. Surge assim o sistema múltiplo de classificação.

Na elaboração de um sistema deste tipo deve ter-se em conta determinadas linhas mestras (Gronlund, 1976):

- "Em cada disciplina os graus numéricos devem ser completados com relatórios separados dos objectivos dessa disciplina, do esforço, das características pessoais e sociais e dos hábitos de trabalho".

O grau numérico deve traduzir pura e simplesmente o nível atingido, e qualquer informação de esforço ou progresso deve ser feita separadamente. Só assim, pais e alunos saberão o que esse grau significa.

- "O sistema de classificação deve ser elaborado cooperativamente por alunos, pais e professores".

Por falta desta cooperação, acontece muitas vezes que capacidades e objectivos expressos nas fichas de avaliação são completamente incompreensíveis, se não para os professores, pelo menos para os pais e por vezes para os alunos.

- "O sistema de classificação deve ser baseado numa clara formulação de objectivos educacionais".

Devem servir como base de classificação os mesmos objectivos que guiaram o ensino e a avaliação.

- "O sistema de classificação deve estar baseado numa avaliação adequada".

A classificação de determinado aspecto deve ser baseada na testagem e observação controlada.

- "O sistema de classificação deve ser suficientemente pormenorizado para

ser informativo e bastante compacto para se tornar prático".

A informação deve ser tão pormenorizada quanto possível, não caindo no excesso de relatórios demasiadamente longos que desencorajariam o professor a fazer uma classificação conscienciosa.

Estabelecer um sistema de classificação não é tarefa fácil.

Todas as apreciações devem caminhar no sentido de uma maior objectividade, não se baseando em observações ao acaso.

O nível atingido deve resultar de um procedimento tão rigoroso quanto possível e basear-se em dados tanto quanto possível objectivos.

A complexidade da classificação e a diversa preparação dos professores fazem com que cada um lhe atribua o seu significado. Assim, a mesma informação, dada por diversos professores, tem por vezes significados bem diferentes.

Daqui ressalta a necessidade de, pelo menos dentro da mesma escola, se estabelecerem linhas orientadoras comuns, de modo que todos os alunos, pais e professores, saibam exactamente o significado de determinada classificação.

Anabela G. Pedro

#### **ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS DA A.E.P.E.R.**

Realizou-se, no dia 12 de Dezembro, uma Assembleia Geral dos Sócios da Associação dos Cooperadores e Amigos da Escola Portuguesa, tendo estado presentes cerca de trinta pessoas.

Seguindo as disposições estatutárias, foi eleito o novo Conselho Fiscal que ficou assim constituído: Sr. Jorge Octávio Soares Silva, Cônsul de Cabo Verde em Roma (Presidente); Professores Carolina Ramos Pimentel e Luís Fernando Pinho (vogais). Para as funções de Tesoureiro e Secretário do Conselho Directivo foram eleitos, respectivamente, a aluna Alda Ferreira e o Prof. Nuno Gonçalves.

Durante a Assembleia, a Professora Anabela Gonçalves Pedro expôs as actividades que a Associação procurará realizar durante o corrente ano: projecção de um filme português; passeio anual; concerto; publicação trimestral do Boletim Informativo.

Por seu lado, o Prof. José Maria Pacheco expôs a situação dos cursos de língua portuguesa, ainda a lutar com várias dificuldades que impedem um pleno funcionamento.

Terminada a Assembleia, houve ocasião para alguns momentos de convívio e troca de impressões, não tendo faltado um oportuno cálice de vinho do Porto.

#### **NOVOS PROFESSORES**

Três novos professores entraram ao serviço da Escola nos últimos meses. Em Dezembro, o Prof. Luís Fernando Pinho, português, substituiu o Prof. Daniel Acácio em Matemática II do Curso Geral. Desde Fevereiro, o Prof. José Paulo Leite de Abreu, de nacionalidade portuguesa, responsabilizou-se pela turma de Português II do Curso Geral e o Prof. Peter Brook, de naciona-

lidade inglesa, veio leccionar inglês no Curso Complementar. Estes dois novos professores substituem a Professora Ana Maria Botelho que teve de deixar Roma por motivos profissionais, efectuando actualmente um estágio na sede da Comunidade Económica Europeia, em Bruxelas.

A todos desejamos um frutuoso trabalho!

#### VISITA IMPORTANTE

Na primeira quinzena de Maio a Escola Portuguesa de Roma terá a honra de receber a visita do Secretário-Geral do Ministério da Educação de Cabo Verde, João Quirino Spencer, que, em carta dirigida ao Director da Escola anunciando a intenção de visitar a Escola escrevia: "O Sr. Ministro (da Educação) agradece as informações (sobre a Escola) que teve a gentileza de lhe enviar e pediu-me que lhe falasse do elevado apreço e da muita gratidão do Governo de Cabo Verde relativamente à ajuda que os emigrantes do nosso País recebem da Escola Portuguesa de Roma".

#### MATERIAL ESCOLAR ENRIQUECIDO

O material de apoio didáctico da nossa Escola foi recentemente enriquecido através de um valioso contributo da Fundação Calouste Gulbenkian: um aparelho de video com o respectivo monitor e um microscópio. Outro contributo pessoal tinha permitido, no início do ano, a aquisição de um retroprojector que se encontra à disposição de todos os professores.

#### ENCONTRO SOBRE LEGISLAÇÃO

No passado dia 24 de Novembro, no fim das aulas, professores e alunos da Escola tiveram ocasião de assistir a uma palestra do Dr. Franco Pittau, especialista em Direito Laboral. O encontro, organizado pelo P. Mário, dos Missionários de S. Carlos, foi dedicado à assistência sanitária para estrangeiros em Itália e proporcionou a todos um útil esclarecimento sobre esta complexa temática.

O Dr. Pittau referiu que, desde 1978, todos os residentes em Itália podem inscrever-se no Serviço Sanitário Nacional, quer sejam trabalhadores dependentes (inscrição obrigatória), trabalhadores autónomos ou estudantes. Explicou como se efectua a inscrição nas U.S.L. (Unidades Sanitárias Locais), e lembrou a possibilidade de requerer a isenção de algumas taxas ("ticket") por motivos médicos ou económicos.

O Dr. Pittau referiu-se, por último, ao acordo sobre assistência social em vigor entre Itália e Cabo Verde que prevê a reciprocidade de direitos entre os cidadãos dos dois países.

#### "VOZ PORTUCALENSE" PUBLICA ARTIGO SOBRE A ESCOLA

O jornal português "Voz Portucalense", na sua edição de 20 de Fevereiro, publica um artigo sobre a Escola Portuguesa em Roma, caracterizando-a no título como "um exemplo de força de vontade e de persistência".

Depois de apresentar a história e o panorama actual da Escola, o

artigo dedica especial atenção aos problemas mais prementes que a atingem, em especial, a indefinição jurídica, a escassez de recursos financeiros e o carácter provisório das instalações. A "Voz Portuguesa" debruça-se, a seguir, sobre as soluções desejáveis, terminando com a convicção que as autoridades responsáveis "não deixarão morrer inglóriamente uma instituição de utilidade pública, que tão excelentes serviços tem prestado".

#### DATAS IMPORTANTES

27/3 a 1/4 - Férias da Páscoa.

17/4 - (5ª-feira), em local e horário que serão sucessivamente comunicados, **CINEFORUM** - apresentação de um filme português.

25/4 - Passeio anual da Escola a Spoleto e Cascate delle Marmore (Umbria).

11/5 - Crisma e Primeira Comunhão de alunos da Escola na Igreja de Santo António.

Fins de Maio: concerto de música clássica portuguesa.

#### NUNCA É TARDE PARA APRENDER

Os Alunos da Turma de Português do IIº ano do Ciclo Preparatório fizeram um debate sobre a Escola Portuguesa em Roma. Eis algumas das conclusões a que chegaram:

- \* Para nós, é muito importante estudar: 1) para nos valorizarmos, 2) para compreendermos melhor o mundo em que vivemos, 3) para melhorar as nossas possibilidades em relação ao futuro, 4) para crescermos como pessoas.
- \* Para isso, esta Escola é indispensável para nós. Apesar de o local que ela ocupa não satisfazer completamente, o mais importante é o interesse e a colaboração de todos -- professores e alunos. Como adultos que somos, nós temos mais possibilidades e responsabilidades de participar no andamento da vida da Escola.
- \* A Escola dá-nos também a possibilidade de nos encontrarmos com outros colegas e de conviver. Este aspecto é também muito importante para quem, como nós, vive numa terra estrangeira e fazendo um trabalho que muitas vezes não nos dá satisfação pessoal.
- \* Não é nada fácil trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Exige-se muito interesse em aprender e uma grande força de vontade para não desistir.

(Extraído do jornal de parede da EPER,  
nº 2, 1985/86)

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES E AMIGOS DA ESCOLA  
PORTUGUESA EM ROMA  
NÚMERO 6 - MARÇO DE 1986  
c/o VIA DEI PORTOGHESI, 2 - 00186 ROMA (Itália)